

GÊNERO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL: UM DEBATE SOBRE LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO DAS MULHERES- MÃES NAS SALAS DA AULA DA EJA.

AUTORA: VALMIRA LUCIA MATAS FELIPE. Graduada em Pedagogia-UEPB.

valmiralucia@hotmail.com

WANDIRA MARIA DOS SANTOS. Graduada em Pedagogia-UEPB

coordenadora_wan@hotmail.com

PAULA SABRINA BARBOSA DE ALBUQUERQUE. Graduanda em Pedagogia-UEPB

Paulasabrina.ba@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Vivemos numa sociedade grafocêntrica, na qual a cultura escrita é extremamente valorizada, e os indivíduos que não se apropriam dessa cultura são excluídos e desvalorizados nos mais diversos setores sociais. Incluídos/as em tal realidade estão os/as jovens e adultos/as que não se apropriaram da cultura escrita na infância, período no qual se diz ser ideal para a alfabetização.

Esses indivíduos vivenciam no seu cotidiano desigualdades que os impedem romper as barreiras sociais, além de serem tachados de Analfabetos, pois atribui-se a “eles/as” a culpa por não terem tido a oportunidade de serem alfabetizados no período da infância, negando assim a contribuição histórica do fracasso escolar de pessoas vindas da classe trabalhadora ou operária.

Há uma visão do/a analfabeto/a como um indivíduo alienado, incapaz, ignorante, à margem da sociedade e do poder constituído, essa visão influenciou e influencia na forma com a qual os poderes públicos tratam a questão da educação de jovens e adultos, sua inclusão na sociedade e no mercado de trabalho. São várias investidas em programas e campanhas que acabam não tendo êxito pelo caráter emergencial e na maioria das vezes assistencialistas que não atendem aos interesses da classe trabalhadora.

Sendo assim, ser alfabetizado/a não significa apenas decodificar o código escrito, mas compreender o que se lê, além de atribuir um significado ao que se está lendo, por isso, acreditamos na importância de um compromisso com uma Educação de Jovens e Adultos que possibilite o letramento desses indivíduos para que eles/as percebam sua importância como seres que podem acima de tudo mudar sua realidade e interferir na realidade no meio no qual estão inseridos, sendo sujeitos ativos e transformadores da sociedade.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos tem estado, a partir da 2ª Guerra Mundial, sob domínio do estado, diferente da educação não-formal que está vinculada a organizações não governamentais, e até a 2ª Guerra Mundial, a Educação dita Popular era entendida como extensão da educação formal para todos.

Após a I Conferência Internacional de Educação de Adultos, que foi realizada na Dinamarca em 1949, a Educação de Adultos foi concebida como Educação Moral. A partir da II Conferência Internacional de Educação de Adultos realizada em Montreal, no ano de 1963, a Educação de adultos passou a ser vista de duas formas diferente: continuação da educação formal ou comunitária.

Logo após da III Conferência Internacional de Educação de Adultos, a EJA voltou a ser vista como suplência da Educação Fundamental, que tinha como objetivo reintroduzir jovens e adultos de preferencia analfabetos no sistema formal de educação.

Na IV Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Paris, no ano de 1985, fez surgir o conceito de Educação de Adultos.

Em 1989, em comemoração ao Ano Internacional da Alfabetização, foi criada no Brasil, a Comissão Nacional da Alfabetização, coordenada inicialmente pelo educador Paulo Freire e depois por José Eustáquio Romão.

Com o Fechamento da Fundação Educar, em 1990, o Governo Federal ausentou-se da proposta da EJA. Tanto a falta de recursos quanto à falta de estudos referentes à EJA contribuíram para o grande equívoco nas salas de aula da EJA nas quais muitos professores buscam alfabetizar adultos com os mesmos métodos utilizados para alfabetizar crianças, prática que não atende as necessidades dos alunos da EJA.

A Alfabetização não pode ser reduzida a um aprendizado técnico-linguístico, como um fato acabado e neutro, ou simplesmente como uma construção pessoal e intelectual. A alfabetização passa por questões de ordem lógico-intelectual, afetiva, sócio-cultural, política e técnica. (FREIRE, p. 60, 2001)

Já em 1990, com a realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien na Tailândia, entendeu-se a alfabetização de jovens e adultos como a primeira etapa da Educação Básica.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, constam dois artigos referentes à Educação de Jovens e Adultos:

Art.37- A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38- Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos de caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

- I. No nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;
- II. No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Pode-Se afirmar que a EJA vem atendendo a uma parcela da população que estava marginalizada e excluída do ambiente escolar, dando a oportunidade dessas pessoas adentrarem no mundo da leitura e da escrita mesmo que tardiamente.

Nota-se nesse resgate histórico que a educação das mulheres não é mencionada, tendo em vista que ainda é muito recente na história a valorização do gênero feminino e sua possível igualdade em relação ao gênero masculino. De acordo com Bordieu (2003),

em quase todas as sociedades houve, ou há, algum tipo de segregação sexual em que o masculino prevalece.

Diante de tanta dominação, poucos/as ousaram erguer-se em favor do gênero oprimido, como foi o caso de Stuart Mill, em meados do século XIX, em sua obra “A sujeição das mulheres” (2006), em que denunciava a opressão causada pelo masculino e os males que isso causava à sociedade.

No Brasil, temos como exemplo, em meados do mesmo século, Nísia Floresta (1989), defensora de uma educação igualitária entre homens e mulheres. Mas, embora essas vozes já clamassem pela igualdade entre os sexos, foi só por volta da década de 40 do século XX, que as próprias mulheres se organizaram em torno de um movimento e lideraram uma revolução para que elas finalmente obtivessem algum espaço onde até então só havia vez para os homens.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FAZENDA VELHA

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Fazenda Velha está localizada na comunidade Fazenda Velha situada na zona rural do município de Campina Grande, com área de 85 hectares. Inicialmente foi adquirida pelo Governo do Estado para a construção de um conjunto habitacional da CEHAP (Companhia Estadual de Habitação da Paraíba), e os agricultores tomaram posse dessa terra.

A partir desse momento os agricultores começaram a trabalhar na terra e lutar por melhores condições de vida. Dentre as necessidades, uma delas era a falta de uma escola para os filhos dos agricultores.

Sendo assim, representantes da Associação dos Agricultores compareceram na 3ª Região de Ensino e teve uma audiência com a professora na época secretária Gorett Lima, assegurando a ela a necessidade da criação de uma escola naquela comunidade. Em contato com a Secretaria de Educação e Cultura, a mesma foi autorizada para dar andamento no processo de instalação de uma unidade de ensino naquela comunidade.

Foram abertas matrículas e formaram-se turmas da alfabetização a quarta série do ensino fundamental, sendo cento e trinta e um alunos/as matriculados/as naquele ano de 1989. Os professores leigos da comunidade se depuseram a lecionar já que não havia outros profissionais habilitados que se dispusessem a lecionar na escola.

Foi solicitada a presença do subsecretário de educação Reginaldo Moura Brasil na comunidade para que ele pudesse ver a condições do espaço físico da escola. A escola foi criada pelo decreto nº 13.667 de 05.07.1990, e recebeu carteiras, material didático e merenda escolar.

Toda a documentação dos/as candidatos/as a professores/as foi encaminhada pela professora Goretti Lima para a contratação dos mesmos, no entanto o então governador não assinou os contratos.

Diante desse impasse os/as professores/as continuaram dando aula sem serem remunerados durante o período de dois anos. Dentre os fundadores da escola estão os professores/as Maria José Correia de Carvalho, Raimundo Ramos dos Santos e Vera Lucia Barbosa Soares, que diante as adversidades não se abateram e continuaram lutando para o crescimento daquela comunidade e de seus/as educandos/as.

Atualmente a escola conta com doze salas de aula, atendendo alunos do 1º ao nono ano, nos turnos manhã e tarde, conta ainda com turmas de jovens e adultos do 1º segmento, na modalidade EJA no turno noturno.

Segundo o supervisor, as turmas são divididas com o número de vinte e cinco alunos, e a metodologia aplicada está situado na visão construtivista do conhecimento, embora observamos que há predominância do tradicionalismo ou da tendência tradicional, com filas de carteiras nas quais os alunos ficam sentados uns atrás dos outros impossibilitando um diálogo entre eles, além da falta de espaço nas salas de aula.

Ainda segundo o supervisor não há como explicar a evasão no período noturno tendo em vista que as causas são inúmeras, ora, se as causas são inúmeras como não se pode explicar? Basta apenas fazer um diagnóstico da realidade desses/as alunos/as que são na maioria trabalhadores/as que veem na EJA a oportunidade de concluir os estudos e obter êxito no mercado de trabalho, mas se encontram cansados, e depois de um dia de trabalho exaustivo encontram-se desmotivados para ir a escola.

O número de alunos/as matriculados na escola no ano de dois mil e dez é de trezentos e noventa e cinco, e não há dados concretos sobre a evasão escolar, mas é notório que o número de alunos que se evadem da escola seja considerável.

O supervisor afirma que os educadores que hoje estão lecionando nesta unidade de ensino são habilitados nas áreas que atuam, e os que não são licenciados nas disciplinas que lecionam estão em fase conclusiva do ensino superior, embora saibamos que alguns professores tenham apenas a modalidade normal e não estejam cursando o ensino superior, e de acordo com o mesmo a escola planeja para dois mil e onze construir o Projeto Político Pedagógico, para que em conjunto se trabalhe com planejamento e avaliação com objetivos e métodos de ensino que priorizem o ensino e a aprendizagem.

METODOLOGIA

A pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo, com aplicação de questionário para a coleta de dados, caminhou na proposta da história oral, Vainfas (2002), na qual as mulheres alunas da EJA relataram suas experiências de alfabetização e letramento, além de fazerem um resgate das suas histórias de vida relatando os motivos que levaram-nas a permanecerem tanto tempo longe da escola.

Após a coleta de dados fizemos uma análise com base em Bunzen (2006), Colello (2006), Freire (2001), Garcez, (2005), e Soares (1998), para confronto com o os dados coletados, possibilitando assim conhecimento teórico que serviu como alicerce que fundamentou os conceitos que envolvam a prática educativa na Educação de Jovens e Adultos.

Tivemos como objetivos analisar como se dá o processo de alfabetização e letramento nas salas de educação de jovens e adultos, além da motivação das alunas nas salas da EJA, mediante o paradigma da educação humanizadora.

Questionamos as alunas com relação ao motivo pelo qual se ausentaram da escola por tanto tempo, e os relatos nos revelam o quanto a educação tradicional excluía e traumatizava aqueles/as que por algum motivo não conseguiram se adequar aos métodos de tortura para aprender os rudimentos de leitura e escrita.

A aluna Maria José relata que:

“Eu não ia todos os dias para a escola, meu pai dizia que agente tinha que ir para o roçado, chegava cansada e não conseguia aprender. Sai da escola para ir trabalhar no roçado. Hoje voltei e sinto muita dificuldade, mas me sinto uma vitoriosa porque já sei

assinar meu nome, leio algumas palavras, escrevo e tenho orgulho de ter aprendido. Pretendo chegar até o sexto ano e continuar aprendendo”.

Com o relato da aluna Maria José podemos diferenciar o conceito de alfabetização e letramento, pois Tfouni (1995, p. 20) apud Colello (2006) alerta para a diferença no nível social da alfabetização e do letramento: “Enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de uma sociedade”. Sendo assim, a aluna Maria José se refere em sua fala ao processo de alfabetização vivenciado por ela na sala de aula da EJA.

O relato da aluna Maria José nos mostra que na época da sua infância os/as filhos/as da classe popular tinham que escolher entre estudar ou trabalhar, onde não havia escolha até porque o trabalho garantia a sobrevivência.

A aluna Carmelita diz:

“Comecei a estudar com dez anos, minha prima foi que me ensinou porque onde eu morava não tinha escola, estudei até a alfabetização e não aprendi muito porque meu pai dizia que menina não podia estudar para não fazer carta para os namorados, apanhei muito do meu pai só porque queria aprender. Hoje não sei ensinar as atividades dos meus filhos e fico triste quando vejo o quadro com a atividade e eu não sei a resposta. Perdi muito tempo”.

Percebe-se no relato da aluna Carmelita que a mesma foi vítima dos preconceitos da época na qual a maioria das mulheres não tinha direito de estudar, pois eram criadas apenas para casar e serem boas esposas. Hoje vemos que a aluna se sente frustrada por não conseguir ser alfabetizada, no entanto, pode ser considerada letrada, pois tem uma visão de mundo ampla, e nos debates em sala expõe seus pontos de vista.

Para Garcez (2005), entender a diferença entre letramento e alfabetização permite que o/a educador/a compreenda a necessidade de desenvolver o olhar e a escuta para o processo de aprendizagem e as percepções do/a educando/a. Dessa forma o/a educador/a de modalidade de ensino EJA deve buscar meios para contribuir para a alfabetização dos/as alunos/as levando em consideração os conhecimentos trazidos por eles/as para a sala de aula.

Eva diz:

“A EJA é muito importante na minha vida, aprendi a escrever meu nome, e não tenho mais vergonha quando vou assinar algum documento. Aprendi também a me comunicar melhor com as pessoas, porque antes ninguém acreditava em mim, nem mesmo eu. Agora eu acredito que sou capaz de melhorar de vida.”

Salientamos que a aluna Eva pode ser considerada letrada, a mesma trabalha com vendas nas cidades do interior, além de ir a João Pessoa e Natal, preenche cheques e tem todo o controle das suas finanças, é extremamente hábil em matemática, em quanto os/as colegas/as de sala fazem os cálculos na folha de papel, ela já tem o resultado através do cálculo mental.

Como diz a professora Magda Soares:

...um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros lêem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva..., se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita. (p. 24)

Sendo assim, observamos que Eva se apropriou e faz uso da escrita no seu dia-dia.

A aluna Maria Onete diz:

“Minha mãe morreu quando eu tinha sete anos de idade, ficou eu, meu pai e mais quatro irmãos, meu pai casou outra vez, e minha madrasta me humilhava e não me deixava ir para a escola. Com doze anos me doaram a uma família que “cuidava” de mim, me davam alimento e roupa, em troca do trabalho e com dezenove anos conheci uma menina e ela perguntou se eu não queria estudar, pedi a minha mãe de criação e ela deixou. Passei três anos estudando e aprendi a ler, mas comecei a namorar, engravidei e casei e desisti de estudar. Hoje tive a oportunidade de voltar estudar, mesmo contra a vontade do meu marido e me sinto valorizada pelo que já aprendi ”

A aluna Maria Onete é alfabetizada, e nós educadores/as temos que ter consciência que a leitura de mundo antecede a leitura da palavra, sendo assim, ao

alfabetizar um/a adulto/a temos que levar em consideração o seu conhecimento adquirido na convivência em sociedade.

“[...] a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a leitura posterior desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquela. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto [...]”. (FREIRE, 1989, p. 9)

Sendo assim, afirmo que é nossa função como educadores/as planejar práticas educativas que levem nossos/as educandos/as da modalidade EJA a verem-se como protagonistas da ação educativa, e não como meros receptores de conhecimento.

A aluna Antônia é um exemplo de uma alfabetizada letrada que ao chegar à sala da EJA era analfabeta, e hoje compreende tudo o que lê além de dar sua opinião sobre todos os temas debatidos na sala de aula. Ela diz:

“Não ia para a escola quando era criança porque tinha vergonha e não tinha roupa boa para ir, na adolescência trabalhava como doméstica para conseguir alimento para eu e meus dez irmãos que também não iam a escola. Hoje estou na escola por necessidade de estudar para segurar meu emprego e me sinto feliz por ter aprendido a ler e hoje leio a bíblia e sou líder do grupo de mulheres da igreja. Sou casada e tenho uma filha de oito meses, e graças a EJA tenho meu emprego pois eu só consegui porque aprendi a ler e escrever. Não esqueço que quando ia procurar emprego sempre me diziam que não contatavam analfabetos e hoje eu sou alfabetizada”.

Vale ressaltar as ideias de Colello (2006) que afirma que a alfabetização e o letramento são processos paralelos, todavia se complementam, pois o ato de alfabetizar deve incluir o letramento na sua dinâmica.

Outra consideração que se deve fazer é referente às ideias de Bunzen (2006) quanto à qualidade dos livros didáticos e o uso que os professores de língua fazem desses recursos. O professor deve oportunizar, através da utilização racional dos recursos didáticos que o/a aluno/a desenvolva sua própria aprendizagem e conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos, mais conhecida como EJA, reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases para a Educação brasileira 9394/96, como parte integrante da

Educação Básica, deve ser vista pelos agentes que a promovem com o mesmo compromisso com que é tratada a educação primária, levando em consideração o seu papel de transformação social, sendo o/a educador/a um/a agente importante nesta transformação.

Na atualidade há uma expansão da educação básica, e a quantidade de vagas oferecidas na rede pública de ensino é cada vez maior, a fim de cumprir com o princípio da obrigatoriedade “toda criança na escola”. Embora as adversas condições sociais interfiram e influenciam no insucesso dos educandos vindos das camadas menos favorecidas da sociedade.

Um exemplo desse insucesso pode ser visto na média nacional de permanência na escola no período obrigatório de oito anos, e que no nosso país chega a onze anos, levando em consideração fenômenos como a repetência, a reprovação e a evasão. Neste contexto a EJA se torna a única alternativa de inclusão social para alunos/as que não concluíram os estudos no período previsto e estão fora do sistema de ensino.

Devemos salientar que nas salas de aula da EJA devem-se experimentar novos métodos, conteúdos e estratégias, além de tudo levar em consideração os Parâmetros Curriculares Nacionais, que afirmam que os conteúdos ministrados em sala de aula precisam estar de acordo com um padrão mínimo, e ao mesmo tempo estar sintonizados com as particularidades e especificidades do lugar em que o ensino está sendo desenvolvido. É o que o educador Paulo Freire sempre defendeu, o levar em conta a realidade e as experiências vividas pelos alunos.

Para que a aprendizagem seja significativa é necessário que o/a educador/a valorize os conhecimentos adquiridos pelos alunos durante a vida, e a partir disso planejar as estratégias de ensino.

É necessário oferecer aos/as alunos/as condições para que possam construir suas ideias percebendo-se como sujeitos socioculturais aptos a conhecer diferentes épocas e lugares, e poder refletir e compará-los com sua própria história de vida.

O diálogo que realizamos com os/as alunos/as da EJA na Escola Estadual de Ensino Fundamental Fazenda Velha reafirma a concepção de educação que nos encaminhou para uma avaliação dialógica, inclusive nas técnicas que utilizamos,

privilegiando a expressão oral e o relato de experiência individual, no qual puderam discutir seus anseios, analisar suas dificuldades e trocar experiências, num processo constante de letramento.

Ao propor mudanças na EJA, é necessário levar em consideração a realidade do/a aluno/a, e levar para sala de aula discussões acerca de suas vivências no cotidiano, além de motivá-los a continuar aprendendo.

Trabalhar com uma realidade de alunos/as com diferentes culturas, situações sociais e econômicas, saberes, valores e expectativas, permite a nós educadores/as estabelecer um diálogo, no qual, através da participação de todos/as seja construindo o conhecimento tendo como princípios o respeito às diferenças, a cooperação e a solidariedade.

Vale salientar que não foram esgotadas todas as discussões necessárias a metodologia utilizada na sala de aula, transformadora na EJA, pois existe um longo caminho a percorrer. Portanto, fica um convite para que cada educador/a continue a refletir a sua prática pedagógica, o/a educador/a deve também ser um/a pesquisador/a, sempre buscando respostas no intuito de ajudar o/a aluno/a a vencer a série de barreiras valorizando o conhecimento que detém e o que sabe fazer como primeiro passo, visando o respeito e a valorização desses alunos em suas particularidades.

Acredito que a EJA é um direito tão importante e valioso que dá condições aos/as alunos/as a adentrarem nos mais diversos meios sociais, lendo livros, entendendo cartazes, escrevendo cartas, votando com consciência, assinando nomes em registros e documentos, lendo manuais de instruções. Assim eles/as se inserem no mundo da cultura escrita, sendo a EJA um instrumento de inclusão social.

REFERENCIAL TEÓRICO

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e base da Educação**. Disponível em: www.mec.gov.br. >. Acesso em: 27 de março de 2012.

BUNZEN, Clecio. **Um estudo sobre a recepção do gênero *livro didático de língua portuguesa: implicações para a formação do professor***. [2006]. Disponível em: <www.letramento.iel.unicamp.br/pesquisas/pesquisa_iel/livro_didatico_clecio_bunzen.htm> Acesso em: 27 de março de 2012.

COLELLO, Silvia M. Gasparian. **Alfabetização e Letramento: Repensando o Ensino da Língua Escrita**. [2006]. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/videtur29/silvia.htm>> Acesso em: 27 de março de 2012.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário**. São Paulo; Brasília: Cortez; INEP, 1989.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: São Paulo: UNESP, 2001.

_____ **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, Vol. IV) 2V cd**. São Paulo: Autores Associados: Ed. Cortez, 1989.

GARCEZ, Sabrina. Como ler e escrever antes da primeira série do Ensino Fundamental. **Revista do professor**. Porto Alegre, v.21, n.82, p. 5-7, abr./jun. 2005.

MILL, Stuart. **A sujeição das mulheres**. São Paulo: Escala, 2006.

UNESP, Assis, 2003..SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 1998.